

NEWS LETTER

*O centro da Católica que apoia os municípios
a implementarem os ODS*



CESOP
LOCAL



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

11 de março de 2024

MENSAGEM DO DIRETOR Do CESOP

Falar para Jovens

Qualquer um de nós, que tenha filhos em idade adolescente, tem pavor de um eterno problema do vazio comunicacional entre gerações. Os costumes, a cultura e até mesmo a própria língua não são os mesmos de uma geração para a seguinte. Vejam e, sobretudo, ouçam o Pátio das Cantigas na versão original e comparem com a versão recente. Entende-se rapidamente o que evoluiu a língua e a forma de falar em cerca de um século.

Comunicar sobre os problemas do dia a dia de jovens é ainda mais desafiante nos tempos que correm, porque, até quando os problemas são os mesmos, o entendimento é muito diverso. Veja-se nos tempos da Covid-19 e as consequências que temos hoje em termos de saúde mental jovem, porque os medos e as incompreensões deste período de enorme incerteza foram inúmeros e mal explicados.

O fenómeno não é novo na sociedade, embora seja novo para cada um de nós quando chegamos a determinada idade... geralmente a idade em que os nossos filhos entram na adolescência. Mas imagino a dificuldade de explicar à geração de 15 anos em 1916 porque entrávamos na Grande Guerra ou, logo a seguir à Guerra, como lidar com a Gripe Espanhola... É que os tempos recentes e próximos são de igual incerteza.

Nesse contexto, os ODS têm-se afirmado como um terreno comum de diálogo sobre políticas públicas e isso é tanto mais sentido quanto mais falarmos sobre ODS em contexto local. Acresce que é uma linguagem que os jovens estão até a assimilar melhor que nós, porque a noção de Sustentabilidade é um conceito que os prenderá para décadas de vida muitos mais longas que as nossas.

Nesse sentido, se calhar, a premissa de que parti de que é preciso falar para jovens no contexto dos ODS é completamente invertida:

Quando conversamos com jovens sobre ODS, a nossa função é escutar, não é falar...

Ricardo Ferreira Reis
Diretor do CESOP

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, DR. RICARDO RIO

“Voltei à universidade com a clara intenção de que o que queria fazer na minha vida era melhorar as sociedades, e a maneira de o fazer era descobrir o que fazia as economias operarem da forma que funcionavam ou deixavam de funcionar”.
Douglass North

Foi com este espírito que me encontrei com o Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Dr. Ricardo Rio disponibilizou-se para partilhar connosco o sucesso de Braga, o papel que os ODS têm na Cidade, a marca da Interculturalidade e o potencial da Inovação Institucional.

a. O Sucesso de Braga

Quando perguntei por que Braga é hoje uma cidade considerada um exemplo a seguir a nível nacional e internacional, o Presidente começou por recordar o desafio que vivemos depois da crise de 2008, numa altura em que muitas empresas faliram. Nesta linha, em 2013, quando foi eleito pela primeira vez ficou decidido que a prioridade tinha de ser o desenvolvimento económico inclusivo com a geração de riqueza associada à criação de emprego, onde “ninguém fica para trás”.

Mais do que igualdade procura-se equidade, aceitando que não há destinos predefinidos e que as oportunidades devem ser criadas para que o elevador social funcione e todos possam crescer. As políticas tiveram como base propostas criadoras de valor, onde se dá prioridade ao trabalho que mais contribuir para a qualidade de vida. Isto implicou pensar de forma transversal com uma forte dimensão humana, para que seja criado um vínculo de confiança com quem governa, originando Capital Social. Desta forma com um modelo de governança muito participado, um alinhamento entre todos, resulta uma Visão Partilhada para a Cidade.

Esta metodologia assenta em “chamar, ouvir e co-responsabilizarmo-nos”. Para isto foram criados conselhos estratégicos económicos, da cultura, para o Desenvolvimento Sustentável, no qual faz parte o Professor Ricardo Reis da Universidade Católica Portuguesa. “**Não chamamos para legitimar estratégias, mas para as construir em conjunto**”. Esta lógica implicou desenvolver mecanismos de acompanhamento, pois “uma estratégia só é credível quando é monitorizada”, tendo sido utilizadas ferramentas como o ISM (Índice de Sustentabilidade Municipal) do CESOP Local para os ODS.

Outras palavras-chave deste modelo de governança são: **“Planejar, envolver e monitorizar”**. Depois de termos as Pessoas como parceiros, sendo parte da solução, é fundamental manter e fazer crescer a confiança, o melhor exemplo poderá ser o *site* que acompanha o nosso programa eleitoral¹ onde medimos a nossa performance. Nesta perspetiva os ODS são uma ferramenta natural, embora seja reconhecido que há espaço para crescer. É exemplo o trabalho desenvolvido pela equipa de comunicação que estabelece uma relação direta entre o que está a ser feito e os ODS.

Para os apaixonados por desenvolvimento, há sempre duas questões de base: escalar e replicar, e por isso falamos da possibilidade de extrapolar este modelo de governação para a Administração Central. Considerando que estamos a falar de valores, de estratégias, que os desafios culturais, sociais e ambientais não têm cor política, a resposta é positiva, salientando a necessidade de se fazerem reformas estruturais mais profundas onde se apostam e se praticam modelos participativos que possam promover uma visão coletiva que oriente as estratégias e as políticas públicas, podendo os ODS ser um roteiro potencial neste processo.

b. O papel dos ODS nas políticas públicas

Quando falamos da relação entre a implementação dos ODS de forma alinhada entre os municípios e a administração central, recordo o modelo do Japão (ver newsletter nº1), tendo o Primeiro-ministro do Japão Shinzo Abe criado um quartel-general para os ODS, no qual o Primeiro-ministro é o Diretor-Geral. Tendo este modelo sido depois replicado nos municípios VLR no Japão, onde os Presidentes de Câmara tornam-se Diretores-Gerais dos respetivos Quartéis.

Relativamente à necessidade do arranque *top-down*, Ricardo Rio considera que as equipas municipais necessitam de um mandato claro da Presidência que lhes permita trabalhar de forma horizontal com todas as “verticais” do município, não sendo possível desenvolver e implementar um VLR sem o envolvimento direto de cada Presidente. Salienta ainda que esta visão integrada e articulada das equipas com os ODS tem permitido a Braga uma relação forte a nível global com outras organizações como o Urbact, Eurocities, Covenant of Mayors.

Quanto à articulação entre os vários níveis da Administração Pública, Ricardo Rio acredita que para “dançar” as partes devem estar alinhadas. A implementação dos ODS necessita de uma articulação entre a Administração Local e a Administração Central e acrescenta que a articulação não deve apenas ser a nível nacional, mas também a nível europeu. Na opinião de Ricardo Rio, o discurso da Presidente Ursula von der Leyen sobre o Estado da União em 2023², tendo realçado o European Green Deal, e por assim dizer a articulação formal com o Desenvolvimento Sustentável, deveria ter mencionado os ODS de forma mais explícita.

Esta reflexão levou-me a compreender melhor o sucesso da cidade. O benchmarking em Braga faz-se à escala europeia e global, junto dos melhores. Ricardo Rio reforça que o mesmo alinhamento deve ser feito a nível partidário, recordando que em julho de 2022 propôs ao seu partido que fosse o primeiro a adotar os ODS como base de trabalho para o estabelecimento de estratégias.



Presidente da Câmara Municipal de Braga recebe no Centro de Juventude de Braga, a Secção de Municípios ODS da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com a presença do Presidente da Mesa da Secção e Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo, em 2023, no dia em que Portugal se destaca ao ser o primeiro país do mundo a assinalar o Dia Nacional da Sustentabilidade.

(Fonte: Braga TV)

¹ <https://www.ricardorio.com/>

² https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/ov/speech_23_4426

“Os ODS são uma ferramenta Bem Elaborada e Bem Comunicada” comenta indicando que respondem ao tipo de desafios que temos hoje. “Não podemos resolver um problema de cada vez, é fundamental tratar das três dimensões (social, ambiental e económica) simultaneamente e tê-las sempre presentes, assim como ter todas as partes envolvidas”. Para além das três dimensões do Desenvolvimento Sustentável, Ricardo Rio partilha a necessidade de haver uma perspetiva holística do desenvolvimento, onde salienta o papel dos parceiros privados, e de uma academia proativa que incentiva e produz investigação aplicada, apontando como exemplos o papel que empresas como a Casais e a DST têm a nível da indústria, da Universidade do Minho e do INL (International Iberian Nanotechnology Laboratory), um centro com 400 investigadores num *território internacional* em Braga. É esta a visão e forma de agir que permitem a Braga estar na linha da frente.

c. Interculturalidade é a marca que vai ficar

O “Fórum of Mayors” promovido pela UNECE e que acontece na sede da ONU em Genebra (ver artigo sobre este evento mais abaixo), é o mais importante evento desta agência da ONU, exclusivamente dedicado às Cidades. Reúne Presidentes da Administração Local à escala global, cujo denominador comum é terem adotado os ODS como política de desenvolvimento municipal. Durante o período em que o Fórum tem lugar diz-se que o “Palácio das Nações” (Palais des Nations) é o “Palácio das Cidades”. Em 2023, o Presidente Ricardo Rio representou a Cidade de Braga mas, também as Cidades a nível global dado ter sido eleito nesse mesmo ano, Presidente do Comité Executivo do Global Parliament of Mayors (GPM), uma rede que reúne Presidentes de Câmara de todo o mundo. Ricardo Rio escolheu, levantou e defendeu o desafio da coesão social para nortear o evento.

“A interculturalidade é uma dinâmica do nosso território” afirma sem hesitações.

Na conversa com o Presidente os pontos fazem todos parte de um conjunto, que interage e responde a uma visão de futuro. As Pessoas, a demografia, a interculturalidade, a economia, as empresas o bem-estar e a qualidade de vida, não são verticais distintas mas antes parte de um todo.

“A interculturalidade não é uma ameaça. Para além duma política pública resultar também duma dinâmica empresarial, é uma forma de angariar talento.”

A gestão do capital humano à escala urbana faz parte integrante do que está a ser construído todos os dias e a diversidade cultural, é vista como uma riqueza. Isto significa que Braga está envolvida com programas tais como o “Talent on the Move”³ da UNICEF que tem como assinatura “ouvir as crianças e os jovens em movimento para desbloquear o seu potencial”.

Quando desafiado para partilhar como é que se gere e promove a coesão social, responde que **“A interculturalidade não é um problema, é uma solução para o retalho, para a hotelaria, para a indústria de ponta como a Bosch, para a criação de novos negócios.”** Isto implica uma política pública que dignifique os imigrantes, porque trazem valor para os territórios. Recorda que são uma resposta aos desafios como a saúde pública onde necessitamos de médicos, ou de nadadores-salvadores, ou de motoristas de pesados, e por isto para além da dimensão social que inclui a demográfica, emerge também para a lógica económica.



Em 2022, os Municípios de Braga, Mafra, Loulé e Quelimane (Moçambique), a Área Metropolitana de Lisboa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Universidade Católica Portuguesa e UN-Habitat celebraram um Memorando de Entendimento com vista ao desenvolvimento de um plano de ação conjunta para a criação de Laboratórios de Inovação Regionais e um Hub Global no âmbito dos ODS, com funções de investigação aplicada, formação e capacitação, assim como partilha do conhecimento com outros territórios em Portugal e no espaço lusófono.

³ <https://www.unicef.org/reports/talent-move>

“Nós atraímos pessoas de várias formas, para estudarem na nossa universidade, mas também para responder às necessidades das nossas empresas”. Neste momento convivem em Braga 130 nacionalidades, havendo escolas com 40 origens internacionais, sendo a segunda cidade portuguesa a falar inglês. “O objetivo é captar pessoas com família e com capacidade de integração.” É uma cidade que acolhe muitos refugiados, recordando que receberam uma orquestra afegã infantil e agora vão receber os seus familiares. Braga foi também das primeiras cidades a ir buscar pessoas à Ucrânia.

d. Inovação Institucional

Será que o jogo do desenvolvimento não é compreendido? **“Não é só o jogo é a cultura do jogo que precisa de um abanão!”** Ricardo Rio considera que a máquina pública funciona de forma primária e condicionada pela acomodação, sendo às vezes quase uma força de bloqueio. “A vantagem de Braga foi alinhar as pessoas com as políticas públicas.”

Estando no coração dos processos de mudança, foi inevitável pensar nos modelos de desenvolvimento reinante na cultura oriental do Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura e questionar se **conseguimos fazer roturas com o passado? (break away from path dependence). Podemos aplicar políticas assentes nas evidências como reclama a ONU? (evidence based policy).**

Ricardo Rio afirma que a mudança disruptiva deve ter uma perspetiva gradualista, e que as ações devem originar resultados. Para isto são necessárias evidências que suportem a mudança. Considera que ao nível da criação de emprego, da cultura, da habitação, se devem promover a comunicação e a partilha de Boas Práticas. “Precisamos de ser criativos e aceitar respostas não convencionais que funcionem. Replicar modelos que sejam soluções para problemas mais complexos que requeiram uma perspetiva holística. Por exemplo, o conselho económico e social não deve apenas focar-se nos salários; precisamos de encontrar respostas mais competitivas que ultrapassem o espaço fiscal.” O seu pragmatismo leva-nos para a sustentabilidade financeira, “precisamos de reformas sobretudo porque os recursos são cada vez mais escassos no orçamento público, e existe uma voracidade fiscal pública que temos de gerir.”

Na linha da gestão financeira das autarquias, abordamos um dos desafios que nos preocupa no CESOP-Local o **PIB Municipal**, e a resposta confirma a indissociabilidade das dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

“O PIB das Cidades é muito relevante, **precisamos de ter mais dados para decidir melhor e para isso precisamos de informação mais rigorosa.** O PIB per capita municipal é interessante e deve ser utilizado como base de trabalho como referência, de forma a podermos traçar objetivos, **mas ainda é mais importante o Bem-estar Individual, que reflete a economia, onde analisamos as assimetrias e medimos a Qualidade de Vida, o que nos faz voltar ao ponto de partida que assenta na importância de pensar e viver os ODS.**”

Ha-Joon Chang defende que os países de sucesso são aqueles que encontram e gerem soluções suficientemente boas, e que desenvolvem ilhas de competência em vez de tentarem ad aeternum discutir a imperfeição.

Deste encontro fica uma questão para todos nós: Seremos nós capazes de identificar, escalar as nossas ilhas de competência?



No dia da entrevista. Presidente Ricardo Rio e Professor Pedro Mateus das Neves.

CASE STUDY:
REGIONS2030: O CONTRIBUTO DAS REGIÕES PARA
UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEIS,
POR DR^a JOANA ABREU, INVESTIGADORA

Os municípios desempenham um papel crucial como autoridades governamentais mais próximas dos cidadãos, plenamente conscientes das oportunidades e desafios locais. São, de facto, o palco mais acessível para a expressão da voz dos cidadãos e a implementação concreta de medidas personalizadas. No entanto, é crucial salientar que as cidades não operam de forma isolada; são influenciadas por fenómenos e políticas de alcance nacional e internacional.

Para garantir um desenvolvimento harmonioso entre e dentro dos diferentes territórios, é imperativo alinhar eficazmente os diversos níveis de governação. Objetivos relacionados com o Desenvolvimento Sustentável global serão por ventura mais facilmente abordados a níveis mais elevados do que o municipal e consequentemente, competências ficarem sob a responsabilidade de entidades regionais e nacionais. São exemplo o setor hospitalar, o ensino superior e, principalmente, todas as questões ambientais que necessitam de uma coordenação supramunicipal importante. O alinhamento vertical deverá assim manifestar-se na coerência da implementação das políticas em cada nível. Em cada instância, é necessário desenvolver mecanismos de monitorização do estado do território para diagnosticar áreas de excelência, bem como áreas em risco ou que requerem maior atenção, para uma ação mais específica.

Neste contexto, o Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia adotou a Agenda 2030 como linguagem comum para impulsionar o desenvolvimento harmonioso em toda a União Europeia. O Eurostat produz anualmente o relatório *Sustainable Development in European Union*, que avalia o desempenho dos 27 países da União Europeia face aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A JRC centrou o seu interesse no nível subnacional através do projeto LocalSDGs. Dois projetos piloto foram desenvolvidos, começando pelo URBAN2030, que decorreu entre 2018 e 2020 em 10 cidades europeias, no qual Portugal foi representado graças à participação do Município do Porto. Tendo resultado na publicação de um guia para a monitorização da Agenda 2030 nas cidades europeias, visando, nomeadamente, a elaboração de Relatórios Voluntários Locais (VLR).

Entre 2022 e 2023, foi implementado o projeto REGIONS2030 com a ambição de criar um quadro comum de monitorização para as regiões europeias correspondente à unidade estatística NUTSII. Dez regiões pilotos foram selecionadas, entre elas a Região Centro de Portugal.

Graças ao conhecimento e experiência adquirida através do Projeto CESOP-Local para os Territórios Sustentáveis da Universidade Católica Portuguesa, que deu origem ao Índice de Sustentabilidade Municipal para monitorizar em Portugal, o estado dos territórios ao nível municipal, com a capacidade de agregar dados ao nível regional e nacional, fui convidada a colaborar com a Região Centro para alcançar dois grandes objetivos:

- Avaliar a aplicabilidade e relevância do conjunto de indicadores sugeridos pelo JRC na Região Centro;
- Desenvolver uma lista de indicadores coerentes para a Região Centro.

Na Região Centro, o projeto-piloto foi realizado em estreita colaboração com a CCDR Centro. A Equipa dedicada ao projeto assegurou um valioso apoio sem falhas, contribuindo ativamente na análise da pertinência dos temas abordados pelos indicadores propostos, e evidenciando aqueles que não estariam contemplados na lista inicial do JRC mas que se revelariam de grande relevância para a Região. Também o apoio do INE terá sido crucial ao ter facilitado o acesso aos dados disponíveis ao nível NUTSII e compreensão das metodologias dos indicadores existentes ao nível local.

O processo de seleção de indicadores e fontes de dados, considerou vários fatores para garantir a pertinência dos indicadores e qualidade de dados. Ter-se-á priorizado indicadores e fontes de dados do conjunto proposto pelo JRC para permitir comparações com outras regiões europeias, mas dando preferência a fontes nacionais mais recentes e confiáveis quando disponíveis. **Outra prioridade, considerada essencial, seria escolher fontes de dados que permitissem desagregação geográfica ou por grupo populacional.** Quando as fontes propostas pelo JRC não permitiam obtenção de dados para a Região Centro, a metodologia do indicador originalmente proposto era reproduzida para garantir equivalência sempre que possível. Além disso, indicadores adicionais foram identificados com base em temas relevantes, priorizando sempre dados fiáveis de fontes nacionais. Por fim, a metodologia incluía ainda a avaliação de indicadores subnacionais pertinentes para uma monitorização abrangente ou complementar dos ODS na Região Centro. Ao longo do processo de aditamento suplementar de novos indicadores, mereceram atenção, consequentemente os indicadores com informação disponível para outras regiões da União Europeia através nomeadamente do Eurostat.

Apesar de uma forte compatibilidade entre a lista do JRC e a informação disponível para a Região Centro, várias dificuldades terão sido encontradas, nomeadamente quanto à verticalidade das fontes de dados ao nível nacional, que deixa a região dependente dos interesses nacionais em termos de produção de dados, e limita a criação de dados específicos que abordam prioridades e características da região. A origem desta dificuldade explica-se em parte pelo facto das regiões portuguesas terem pouca autonomia, ao contrário do observado em Espanha, por exemplo. Foram também criados indicadores experimentais que poderão sofrer de um princípio de limitação em termos de qualidade e exaustividade, por falta de informação oficial, ou falta de resposta da parte das autoridades competentes. Outra das dificuldades que se destaca: as entidades oficiais nem sempre têm informação pensada e organizada para níveis subnacionais, dificultando

Este ponto é particularmente verdade para os indicadores ambientais, que além de serem poucos, e atualizados com pouca frequência, raramente encontram-se disponíveis por divisão territorial. Finalmente, por entre desafios encontrados é importante salientar a baixa disponibilidade de dados desagregados por grupos populacionais, impedindo uma análise inclusiva e dificultando a identificação de grupos e áreas vulneráveis no território.

O trabalho desenvolvido na Região Centro permitiu desenhar um conjunto final composto por 109 indicadores. Desses, conseguiu-se manter 75 de uma lista inicial de 83 indicadores do JRC, enquanto 34 indicadores adicionais foram identificados como novos, complementares ou alternativos para aprimorar ainda mais o processo de monitorização. Nove dos indicadores da lista final não apresentavam dados disponíveis ao nível regional, mas foram mantidos na lista devido à sua extrema relevância, como é caso o desperdício alimentar.

Como mencionado anteriormente, a seleção das fontes de dados para os indicadores baseou-se em critérios específicos, considerando a qualidade global da informação, a disponibilidade de dados desagregados e o último ano reportado. Dessa forma e in summa, 80 indicadores obtêm seus dados de fontes nacionais ao passo que 17 indicadores se sustentam em bases de dados europeias e 3 indicadores provêm de outras fontes recomendadas pelo JRC, nomeadamente de um estudo realizado pela Universidade de Gotemburgo e base de dados regional da OCDE.

Infelizmente, observou-se uma disponibilidade reduzida de dados com desagregações relevantes. Apenas 47 indicadores apresentam desagregação geográfica e só 18 indicadores permitem a desagregação por sexo, grupo etário e/ou tipologia da zona urbana, entre outros.

A lista de indicadores para a Região Centro foi concebida para ser sustentável. Evitou-se a criação de demasiados indicadores experimentais, com metodologia complexa, ou que contemplassem fenómenos esporádicos (por exemplo, mortes por COVID-19), o que poderia dificultar a manutenção da ferramenta a longo prazo. No entanto, recomenda-se que a lista seja significativamente melhorada pela Região através da contínua identificação e procura de mais informação interna, e/ou criação de cooperações estreitas com partes interessadas regionais capazes de fornecer dados consistentes e de qualidade, monitorizando características regionais.



Apresentação do Quadro de Monitorização da Agenda 2030 para a Região Centro, por Dra. Joana Abreu, no evento regional organizado pela CCDR Centro no âmbito do projeto REGIONS2030, no dia 25 de setembro de 2023.

À data da redação deste artigo, o relatório detalhado sobre o projeto-piloto na Região Centro **Monitoring the SDGs in Centro region**, Portugal apenas se encontra publicado em inglês⁴, mas será brevemente disponibilizado em português. O Relatório inclui uma análise preliminar das tendências da Região Centro nos indicadores selecionados.

O relatório final do projeto, **Monitoring the SDGs at regional level in EU. REGIONS2030 pilot project Final Report** encontra-se disponível para consulta⁵. Com base no trabalho realizado nas 10 regiões pilotos, o relatório apresenta uma lista final de indicadores recomendados para monitorizar os ODS em todas as regiões europeias. Uma análise detalhada dos indicadores (definições, alcance, disponibilidade, harmonização), bem como suas fontes de dados, e tipologia (oficial ou experimental), levou à seleção de 116 indicadores, relativos à 75 Metas da Agenda 2030. Dos 83 indicadores originalmente propostos, 13 foram excluídos ou substituídos por indicadores mais pertinentes. Foram adicionados à lista original proposta, 46 novos indicadores com base no trabalho desenvolvido nas regiões.

A título conclusivo, espera-se que o esforço empreendido no âmbito do REGIONS2030 sirva de fonte de inspiração para outras regiões, estimulando-as a adotar a monitorização e implementação da Agenda 2030. Mais do que um quadro de potenciais imperativos, que se impulse o sonho partilhado para um futuro mais sustentável. A busca por um Desenvolvimento Sustentável guiado pelo princípio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por forma a não deixar ninguém, nem nenhum território para trás, reflete o compromisso coletivo em construir sociedades mais equitativas e resilientes. A união de esforços entre Regiões, agentes essenciais, e a partilha de experiências, potenciam a edificação de um mundo mais justo e sustentável para as gerações presentes e futuras.



REGIONS2030 Technical meeting no Joint Research Centre em Sevilha.

Equipa de experts constituinte das 10 Regiões Βόρειο Αιγαίο (North Aegean), Δυτική Μακεδονία (Western Macedonia), Comunidad Foral de Navarra, Andalucía, Piemonte, Puglia, Pomorskie, Centro (PT), Nord-Vest, and Manisa, Afyonkarahisar, Kütahya, Uşak

Da esquerda para a direita: Massimo Armenise, Nikos Koutsomarkos, Joana Abreu, Ludovica Lella, Sylwia Mrozowska, Cecilia Bertozzi, Alberto Quintanilla Cabañero, Melis Türker, Daniel Pop, Nuria Osés-Eraso, George Stroggiopoulos, Iraklis Stamos

⁴ <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC134393>

⁵ <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC135594>

O QUE É O FORUM OF MAYORS E QUAL A SUA IMPORTÂNCIA?

O QUE FAZEM OS PRESIDENTES DE CÂMARA PORTUGUESES NESTE EVENTO?

QUE IMPORTÂNCIA TEM PARA PORTUGAL, E PARA OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES?

Prof. Pedro Mateus das Neves

Embora os ODS não possam ser formalmente considerados como uma invenção, são indiscutivelmente um ponto de viragem na forma inovadora como se promove a cooperação internacional para resolver os maiores desafios à escala global. Este processo é um convite formal à administração local, setor privado e à sociedade civil para se envolverem na política pública (*public policy*). Os Objetivos reconhecem que para atingir o Desenvolvimento Sustentável (DS) são necessários modelos de colaboração entre as várias partes interessadas (*multi-stakeholder approach*). Deste envolvimento resulta um compromisso que “Nos” compromete a Todos.

O Fórum dos Presidentes de Câmara, (*Forum of Mayors*) reflete esta nova forma de ser e de estar da ONU. Este evento acontece na primeira semana de outubro em Genebra, no Palácio das Nações. Este equipamento foi a sede da Liga das Nações e é o segundo maior centro das Nações Unidas, depois da sua sede em Nova Iorque. Durante a semana em que este Fórum acontece este é o Palácio das Cidades.

A ONU em Genebra tem um sabor especial, está longe do rebuliço de Nova Iorque e é o local onde todos se sentem em casa. É por definição o local neutro onde todas as partes se encontram sabendo que ninguém está em casa, com exceção dos Suíços, e por isso todos se sentem confortáveis.

Neste evento os autarcas comprometem-se a seguir a declaração de Genebra dos Presidentes de Câmara que significa atuar nas seguintes áreas:

- Reforçar a resiliência das cidades;
- Tomar medidas climáticas ambiciosas;
- Tornar as cidades mais verdes;
- Acelerar a transição para a energia sustentável;
- Garantir que o transporte urbano é sustentável;
- Garantir que a habitação é acessível saudável e adequada;
- Tornar as cidades mais equitativas e inclusivas
- Transformar estas aspirações em realidade.



Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, no Fórum of Mayors



Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Hélder Silva, no Fórum of Mayor

Compreender o DS e os ODS são uma tarefa fácil, quando comparadas com a implementação no terreno. Os municípios e os governos regionais, estando mais próximo dos cidadãos, são por isso vistos pela ONU como os locais onde a batalha dos ODS será perdida ou vencida. O objetivo desta partilha, é promover entre todos nós, policy makers e policy decision makers, cientistas, praticantes e implementadores dos ODS, uma base de trabalho para que o nosso trabalho na nossa Junta de Freguesia, no nosso Concelho, na nossa empresa, se inspire do que é tratado no HLPF, mas sobretudo esteja organizado para que lá possa ser apresentado e discutido.

Este Fórum reúne líderes municipais de toda a região da UNECE e de outros lugares para enfrentar os principais desafios do nosso tempo. Em 2023 o tema foi “Regeneração Urbana rumo a 2030” e os autarcas discutiram políticas, programas e projetos para alcançar um desenvolvimento urbano mais inclusivo, resiliente e sustentável.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, esteve presente tendo a sua presença ficado marcada pela sua intervenção onde defendeu a interculturalidade. (ver entrevista nesta newsletter)

Esteve também presente o Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Eng.º Hélder Silva, tendo apresentado o modelo de desenvolvimento e o impacto que o VLR está a ter na localização dos ODS do seu concelho.

O Município de Loulé esteve representado com uma delegação composta pelo Sr. Vice-Presidente Dr. David Pimentel, Diretora da Direção Municipal de Administração, Planeamento e Modernização Administrativa Dra. Dália da Conceição Paulo, Chefe de Divisão da Habitação Municipal, Dra. Cristina Teixeira, e pelo Presidente da Loulé Concelho Global, Dr. Rui Teixeira.

A presença cada vez mais numerosa de municípios portugueses neste evento, demonstra a adesão à Localização dos ODS na administração local sendo já reconhecida pela ONU como um exemplo do que a Administração Local pode fazer para sensibilizar toda a população originando uma forma cada vez mais forte de comunicar, planear e projetar um futuro assente no Desenvolvimento Sustentável.



Equipa portuguesa no Fórum of Mayors.

Da esquerda para a direita:

Rui Guerreiro Presidente da Loulé Concelho Global, Cristina Teixeira Chefe de Divisão da Habitação Municipal de Loulé, Hélder Sousa Silva Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Dália da Conceição Paulo Diretora da Direção Municipal de Administração, Planeamento e Modernização Administrativa de Loulé, David Pimentel Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loulé, e Professor Pedro Mateus das Neves



Prof. Pedro Mateus das Neves intervém no Fórum of Mayors para salientar a importância que os VLRs podem ter na Localização dos ODS.